



1 **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE DE NAVEGANTES**
2 **REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2022.**

3 **I – EXPEDIENTE 1 - Abertura e verificação do número de presenças:**

4 No dia 20 de outubro de 2022 (dia vinte de outubro, de dois mil e vinte e dois), no formato on line,
5 através do link <http://meet.google.com/vgy-nwdx-hpp>, teve início a 5ª Reunião ordinária do Conselho
6 da Cidade de Navegantes - CONCIDADENAVE, mediante convocação de seus membros ocorrida por
7 meio de edital de publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em
8 Auto publicações, Edição nº 644, página 08 na data de 03.10.2022. Às 14h02 (catorze horas e dez
9 minutos), Professora Carla, da Equipe do NEUR/ FURB, comunica a todos que a reunião estará sendo
10 gravada a partir desse momento (14:02). Foi informado aos presentes que de acordo com o Regimento
11 Interno do CONCIDADENAVE, o quórum mínimo para abertura das reuniões é de metade mais um do
12 número de conselheiros em exercício. Com o quórum regimental cumprido (22), foi aberta a reunião
13 (14:15 horas). A sessão foi presidida pelo Presidente **Gilmar Germano Jacobowski**, Secretário de
14 Governo de Navegantes, secretariada pelo Engenheiro **Tomás Sebastián Casas-Cordero Marambio**
15 da Secretaria de Governo, e contou com a presença dos Conselheiros que acessaram o link de
16 presença: **Dagmar de Oliveira e Heloisa Flores (suplente)**, pela Secretaria de Planejamento Urbano;
17 **Amanda Macedo dos Santos**, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita; **Naiara**
18 **Figuerido Jacomelli**, pela Secretaria de Segurança Pública; **Luciano Maibuk**, pela Secretaria de Turismo;
19 **Valério César Gonzaga de Campos**, pela Secretaria de Saneamento Básico; **Jones Landi da Silva**,
20 pela Secretaria de Obras e Serviços; **Liamara Magda Soares**, pela Procuradoria Geral do Município; **Jairo**
21 **Ferracioli**, pela Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca; **Patrícia Duarte Cidral**, pela Secretaria
22 de Educação; **Pablo Sebastian Velho**, pela Secretaria de Saúde; **Joziel José Pereira**, pela Fundação
23 Municipal de Vigilância e Trânsito; **Marcos Zaleski de Matos**, pelo Instituto Ambiental de Navegantes;
24 **Rui Dalton Miecznikowski**, pela Associação dos Amigos de Navegantes (AANAVE); **Gilmar Vicente**
25 **Bosi**, pela Associação dos Amigos de Navegantes (AANAVE); **Heron Emir Cardoso de Miranda**, pela
26 Associação Amizade Santa Paulina; **Charles Augusto Victorino**, pela Federação dos Trabalhadores
27 na Movimentação de Mercadorias em Geral e Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais, Similares,
28 Conexos e Assemelhados do Estado de SC; **Fabrcio Gomes Philippi**, pela Associação Empresarial de
29 Navegantes - ACIN; **Maria Ivanir dos Santos Xavier**, pela Câmara de Dirigentes Lojistas de
30 Navegantes; **Maria Cristina Gomes Philippi**, pelo Sindicato das Empresas Operadoras de Terminais
31 Retro Portuários de Itajaí e Região – SINTER; **Camilo de Leis Renesto**, pelas Entidades Profissionais,
32 Acadêmicas e Conselho, **Laercio Benatti**, pelo **Rotary Club de Navegantes**, Carla Backes, Bruno ,
33 Carla Tomaselli da Equipe NEUR/FURB, **Magali Benatti**, voluntária, **Angelina Francielle Cavalli** da
34 PORTONAVE, como convidada, , **Newton Ubirajara Kostetzer- suplente pelo Rotary Club de**
35 **Navegantes, Ronaldo Tomas Correa, participante.**

36 **2 - Leitura e aprovação da ATA da reunião anterior:** O Presidente cumprimentou os
37 participantes, agradecendo a presença de todos. Em seguida colocou
38 em apreciação a ATA da reunião anterior, postada no grupo de WhatsApp e após vários
39 questionamentos pelos conselheiros Heron, Jairo, Rui e Laercio, e considerando a necessidade
40 de detalhar as colocações dos vários depoimento dos conselheiros na reunião, propôs que a ata
41 seja refeita e solicita a colaboração dos conselheiros no sentido de enriquece-la com seus
42 apontamentos sobre às discussões que ocorreram, quando então, será postada novamente no
43 grupo e se estiver de acordo, seja aprovado pelos conselheiros através do grupo de WhatsApp. A





44 proposta foi aprovado pelos presentes. Aviso importante inicialmente: conclama os conselheiros a
45 realizarem as suas inscrições para concorrerem a delegados para a Conferência da Cidade que
46 irá ocorrer na Pré-conferência que está agendada para dia 03/10/2022. As inscrições encerram
47 às 12:00 horas do dia 24/10/22. Podem ser realizados presencialmente, e/ou enviar através de e-
48 mail. Dado ciência sobre a errata no edital publicado, que fazia alusão aos documentos
49 necessários para a inscrição dos candidatos a delegados, onde foi apenas retirado número de
50 uma lei erroneamente citada. Esclareceu os documentos necessários que devem ser
51 apresentados, e atendendo a solicitação dos Conselheiros, serão postados no grupo do
52 WhatsApp, embora estejam publicados no site da prefeitura no link do Plano Diretor.

53 **II - ORDEM DO DIA** Com a Palavra o Presidente Gilmar Germano, passou a palavra para a Equipe do
54 NEUR/FURB, coordenada pela professora Carla, para dar continuidade e esclarecimentos dos itens
55 que ficaram pendentes na reunião anterior. Todos os questionamentos e manifestações que vieram
56 através dos formulários google forms foram vencidos na reunião anterior. Não houveram novos
57 questionamentos. Os esclarecimentos que serão realizados serão sobre a proposta criada durante a
58 reunião anterior que cria um novo zoneamento e vem ao encontro da manifestação do Conselheiro
59 Heron, que anexou no grupo de WhataApp, um abaixo-assinado dos moradores da área portuária que
60 vai da rua Anibal Gaya e da Santos Dumont, solicitando que seja respeitado os direitos adquiridos dos
61 moradores. A professora Carla vai justamente explicar e esclarecer qual a proposta para aquela área,
62 mostrando os detalhamentos sobre limites corretos e outros aspectos de como ficou a proposta.
63 Esclarece ainda que o assunto trazido na reunião anterior sobre o regularização fundiária (REURB/Lar
64 Legal) é um processo interno da Prefeitura e não será tratado nesta reunião. Trata-se do programa em
65 execução pelo governo municipal, que está contemplado no Plano diretor, nas Zonas Especiais de
66 Interesse Social (ZEIS) e caso os Conselheiros do CONCIDADE desejarem, podemos fazer uma
67 reunião específica do CONCIDADE, onde o Procurador Municipal ou sua equipe, apresentarão o
68 detalhamento desse programa mostrando as áreas em questão. **Ficou acertado que a próxima
69 reunião do Concidade seja pautada esse assunto.** Carla Tomaselli apresenta o mapa onde
70 houveram pequenas alterações das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para o Programa Lar
71 Legal, com aumento da área destinada inicialmente e que ainda não estão ocupadas, para poder
72 contemplar as necessidades. Na Zona Especiais de Serviços, proposta na reunião anterior para
73 contemplar também a possibilidade de áreas residenciais unifamiliares, se faz necessário contemplar
74 algumas ressalvas para contemplar as questões acústicas, onde os imóveis devem prever tratamento
75 acústicos (residências e hotéis), de acordo com a NBR15. Compatibilizou-se com a Zona Central e com
76 eixo de Serviço e eixo Orla. Esclarecido ao Jairo onde é o limite dessa área – até o Ferry Boat. Rui
77 questiona sobre a Área pertencente à SPU, que deveria fazer parte do Plano Diretor(PD). Carla
78 esclarece que teremos os anexos específicos, a exemplo do Aeroporto, do porto e também da SPU,
79 onde há os limites definidos. Todos esses anexos tem regulamentos específicos que devem ser
80 respeitados. Sobre a questão das áreas de Preservação Permanente (APP) questionadas, Carla,
81 esclarece que o levantamento/diagnóstico contratado está sendo entregue e também será alvo de uma
82 Lei Específica com regramentos específicos (definir as margem das referidas áreas) e estará
83 contemplado no plano diretor. Esclarece que não será definida pelo plano diretor, mas sim pela Lei,
84 conforme acordado anteriormente. Jairo – sobre as Zoneamento Específico – Carla Tomaselli
85 esclarece as várias possibilidades de acordo com a área central. Menciona que, a exemplo do Heron,
86 também foi procurado pelo grupo que fez o abaixo assinado tratado anteriormente. Verifica que todos



87 os questionamentos foram contemplados. Carla Tomaselli, reforça que nos casos de construções
88 Multifamiliares, o andar térreo deve ser contemplado com Serviços para dar maior versatilidade naquela
89 área. Carla reforça que inicialmente não era essa a intenção, que diante das solicitações de vários
90 conselheiros, se possibilitou a flexibilização dessa área, mas que fique bem claro os regramentos para
91 minimizar a questão de ruídos. (unifamiliar, multifamiliares geminadas, apartamentos, hotelaria,
92 transporte, casas de diversões pequenas. Conselheiro Laercio Benatti, cita a questão da área do Pontal
93 do SPU, ao lado do SINERGIA, que inicialmente estava prevista para construir uma creche e pergunta
94 se ela está sob a tutela do município? Sr. Jairo, comenta que se assemelha com a situação da área
95 onde está instalado o Corpo de Bombeiro. Gilmar esclareceu que a situação levantada pelo Conselheiro
96 Laercio que as discussões com a SPU, se encontram em fase adiantada a fim de incorporar
97 definitivamente aquela área para o município. Carla Tomaselli, esclarece que, após reuniões com a
98 Defesa Civil, IAN, Planejamento e Governo, sobre a Zona do Parque Ambiental e como incorporar as
99 questões do Parque Ambiental, que já planejou uma zona de amortecimento conforme pode se ver no
100 mapa, com 200 m ao seu redor, está sugerindo a criação de outra área chamada de Zona de Transição
101 Ambiental(ZTA) e contempla os limites do parque. Se trata de um Eixo que vai da Honório Bortolato,
102 com uma nova forma de entrada no município e separa os vários usos a serem dados, às diferentes
103 áreas(residencial, industrial e uma transição com indústria menos poluente, com mais tecnologia).
104 Modificação do nome para Zona Especial de Transição que servirá de zona especial de articulação
105 entre os diferentes usos de cada zona, onde um lado tem uma zona ambiental, outra uma zona com
106 densidade populacional e será residencial, a outra uma Zona de indústrias tecnológicas, com foco no
107 turismo para o parque, restaurantes, cafés, academias, hotéis, etc. que serve para as parte mais
108 residencial. A zona de proteção ambiental passa a ser chamada de Zona de Conservação
109 Ambiental(ZCA), prevendo uma ampliação do parque ambiental, que possibilita usos maiores, mas
110 voltado ao parque. Fabricio solicita informação para se localizar onde fica a Capela São Judas Tadeu
111 e esclarece que ela está dentro da Zona de amortecimento. Carla deixa claro a todos que, quem já está
112 instalado ou com projetos aprovados permanecem como estão. Havia uma Zona chamada de ZIU 3, já
113 prevê lotes de 2000 m2, a exemplo da ZEUA. Charles questiona por que não utilizar a estrada como
114 divisor das áreas, ao invés de uma linha imaginária, em virtude do uso que se tem naquela área. Carla
115 esclarece que se estendeu um pouco mais do que 200 metros em função das avenidas que serão
116 propostas para serem construídas. Há um projeto viário que está sendo planejado e que proporcionará
117 um ambiente para se utilizar de uma nova forma, com com as questões ambientais. Fabricio coloca a
118 proposta para retirar o dente entre as vias Honório Bortolato e o eixo regional (Francisco Paulo Seara)
119 e compensar com áreas da zona de proteção maior. Carla analisou vários aspectos, como tamanho do
120 lotes, residências existentes, etc. Magaly, que faz parte do Conselho Municipal do Parque, comentou
121 que, caso haja atividades dentro da área de proteção, estarão de forma ilegal uma vez que está previsto
122 em Lei específica sobre o manejo do parque. Qualquer modificação deve ser feita na Lei do Parque e
123 não do plano diretor. Esclarece que as autorizações sobre utilização daquelas áreas devem ser
124 analisadas e decididas pelo Conselho Municipal do Parque. Recomendação do plano de manejo é de
125 que as atividades sejam para beneficiar as questões ambientais e que não tragam conflitos entre Plano
126 Diretor e Plano de manejo do Parque. Carla Back deixa claro que o que tem lei específica deve-se
127 respeitar a lei específica. Jairo, com relação a área do parque e a área do Narciso(Volcam) questiona
128 sobre como será a ligação entre as duas áreas. Ronaldo (Suplente do SINTER) enalteceu a ação
129 quanto maior essa vocação ambiental melhor. Com relação as delimitações relativa aos marcos ou



130 coordenadas geográfica, reforça a questão de se utilizar as vias porque fica mais evidente e dessa
131 forma evita as invasões. Marcos – IAN esclarece que em 2011 criou-se o polígono do parque, que
132 tem aproximadamente 14,0 (catorze) hectares, que em termos práticos é a área da gruta para cima da
133 morraria e que em 2016, foi criado o plano de manejo, com uma área de amortecimento que
134 praticamente tinha a mesma área do parque e que hoje já é menor, pensando justamente em ampliar
135 para garantir a qualidade ambiental do município de Navegantes. Oficialmente qualquer solicitação de
136 uso dentro dessas áreas, para novos empreendimentos, deve passar pelo Conselho do parque para
137 autorização, tendo em vista que a mesma área é tida como área de expansão para novos
138 empreendimentos e também como área de amortecimento da questão ambiental. Portanto ainda não
139 está legalizado e caso se quiser realizar esse ajuste, não haveria uma restrição legal. Por outro lado, a
140 proposta de zoneamento é interessante porque deixará claro, onde pode se instalar os novos
141 empreendimentos e onde ficaria preservado como zona de amortecimento e não mais haveria
142 necessidade do Conselho ficar intermediando esses conflitos, porque ficaria muito claro que não
143 poderia haver novos empreendimentos sobre a área de amortecimento. Sobre a área do Volcan que
144 totaliza 500 mil metros quadrados, dos quais 140 mil metros quadrados são para parque. Diante disso
145 prevê conectividade entre as duas áreas, mas de forma viária, com ciclovia, e não está contemplado
146 um corredor ecológico. Jairo se manifesta sobre a conectividade dos animais entre as duas áreas, com
147 qual tipo de corredor isso estará sendo feito? Carla Backes esclarece que o projeto prevê um corredor
148 verde ao lado da via e poderia ser projetado um passa-fauna é importante na via a ser construída e
149 depende apenas do detalhamento do projeto, prevendo esse passa-fauna. Rui, questiona se há
150 legalmente a delimitação da zona de manejo de 200 m e Laercio esclarece que a área do parque está
151 muito bem delimitada com coordenadas geográficas e com a área de amortecimento e sugere que deve
152 ser mantida os 200 metros. Marcos do IAN novamente esclarece que A Lei 117/20011, estabelece a
153 poligonal com a zona de amortecimento, com áreas futuras de ampliação – 200 m daquela poligonal
154 de 2011. Zoneamento pode ser feito sem problema porque a lei não é aplicada ainda. Carla Tomaselli,
155 diz que pode ser melhor analisado e passível de modificação e facilitaria bastante. Há uma outra área
156 na área rural e passível de um novo parque (cota 180) no Escalvado e demarcado para essa
157 possibilidade como ZCA (zona de conservação ambiental) e ZPA(zona de parque ambiental) com a
158 possibilidade de se estabelece um estudo específico, mas já esta se deixando essa área para um novo
159 parque, menos restritivo com acesso ao outro parque, através de outra via.

160 Em seguida Jairo levantou a questão das Zonas Especiais de Interesse Social – Porto das Balsas,
161 Bairro São Paulo, próximo do aeroporto, Rua do Açude, todas estão consolidadas e se pretende
162 legalizar esses processos. Esclarecimentos realizados pela Heloisa e Dagmar. Ronaldo enalteceu a
163 ação tendo em vista que pode trazer um desenvolvimento maior para aquela localidade com
164 infraestrutura e valorizando essa região. Jairo questionou se as áreas da meia praia estavam
165 contempladas, que foi confirmadas pela Heloisa. Documentalmente estão de acordo. Rui comenta que
166 a rua Gervasio de Souza, no seu final com um loteamento aprovado, na segunda radial. Não houve
167 parcelamento e segundo o Secretário Dagmar já houve reunião com os interessados para resolução
168 da questão. Passando para a questão do cone do aeroporto, com estudo de toda legislação, passou-
169 se a apresentá-lo. Plano diretor vigente define a altura máxima de ocupação e está alicerçada na
170 legislação do aeroporto. Há possibilidades de termos algumas áreas com alturas superiores às que se
171 tem no PD atual. Esclarecimentos sobre a legislação do aeroporto que tem regramento claro e os cones
172 de sombreamento na praia. Arquiteto Bruno, da equipe do NEUR/FURB, esclarece o que temos que





173 obedecer em relação as regras, tendo em vista a pista existente (1.701 m) e à nova pista (2.600 m) a
174 ser construídas. Leva-se em conta as cabeceiras denominadas de área técnica. Mostrou a planta do
175 projeto do aeródromo e o plano diretor deve considerar o plano específico de Zona de Ruídos (PEZR)
176 e do Uso do Solo. Apresentou as manchas de ruídos na planta do aeródromo, mostrando os usos
177 compatíveis. Além da Zona de Ruído a ser considerados, deve-se, de acordo com o Plano Básico de
178 Zona de Proteção (ICA 11-408) de aeródromo, observar os limites de altura possível, nestas áreas.
179 Levando em consideração os índices do aeroporto, projetou uma superfície horizontal cônica, que
180 norteará as alturas do uso e ocupação do solo. A norma estabelece que para o aeródromo de
181 Navegantes seja respeitado um raio de 4.000 (quatro mil) metros, a partir das cabeceiras das pistas e
182 altura máxima de 45(quarenta e cinco) metros para objetos projetados no espaço aéreo como antenas,
183 edificações. Após essa superfície, inicia a superfície cônica, onde o raio é variável, podendo-se
184 observar um gradiente de inclinação de 5 (cinco) por cento, o que define que a altura possa variar de
185 45 (quarenta e cinco) metros a 145 (cento e quarenta e cinco) metros. Em seguida inicia a superfície
186 horizontal externa que define um raio de até 20.000 (vinte mil) metros e que permite a altura de
187 145(cento e quarenta e cinco) ou mais. Diante desses índices podemos projetar objetos no espaço e
188 permitir na região do Gravatá, um adensamento maior do que as demais regiões do município, ou seja
189 poderíamos permitir construção de 12 pavimentos a 48 pavimentos.

190 Professora Carla esclarece que houve a necessidade de modificar as áreas próximas ao Rio Gravatá.
191 em função de áreas alagáveis (ZQ1), com um controle maior em função das questões
192 ambientais(algamento). Feito o esclarecimento, deu continuidade a apresentação, analisando os raios
193 apresentados anteriormente, locando por vias existentes(ruas), o gradiente de crescimento nas ruas
194 do bairro do Gravatá. Há possibilidades para 14 faixas de alturas para a verticalização. Heron coloca
195 dúvida sobre a construção da segunda pista, se vai acontecer e quando vai acontecer. E indaga se
196 devemos respeitar esse raio. Jairo concorda com o máximo de aproveitamento de altura, tendo em
197 vista as várias regras existentes. Carla Tomaselli esclarece que a diferença entre as pistas é muito
198 pequena, quase coincidindo com a segunda pista. Os municípios vizinhos, como Itajaí, devem também
199 respeitar esse regramento sob pena de Navegantes ainda ser prejudicado com o status do aeroporto.
200 Cabe a Navegantes brigar sobre essas questões. Carla continua a explanação, esclarecendo que a
201 opção é de se fazer o gradiente seguindo o eixo das ruas. Inicia com 45 metros de altura na primeira
202 faixa e vai sendo acrescida os 5 graus e chegando na faixa 14 com 145 m de altura. Rui questiona a
203 questão da Rua Argentina, com caixa de rolamento menor do que 10 metros, questiona que devemos
204 fazer primeiro o estudo das ruas para poder aprovar os projetos. A única possibilidade que pode ter
205 uma maior verticalização é ali nesta área e agora vamos analisar a questão dos outros aspectos como
206 mobilidade, saneamento e outras. Fazendo o cruzamento com as questões da orla e daí vamos verificar
207 os afastamentos para evitar o sombreamento das praias, exemplificando com a cidade de João Pessoa,
208 na Paraíba, com praticamente 500 m de afastamento. Mostra o cálculo com a fórmula $AL = 4 m + h/10$
209 para planejar a verticalização. O município de Piçarras utiliza a segunda quadra para verticalizar. Inicia
210 na beira mar com 3 m , depois 6 m e depois a liberação maior. Estudaram vários exemplos para trazer
211 a proposta para Navegantes. Defende o sol na praia até as 16 horas no solstício de verão. Do início da
212 calçada até o início da construção deve-se deixar o ângulo de 45 graus, considerando a calha da rua.
213 A dúvida é de que horas se considera o solstício de verão. A proposta é sol até as 16 horas na praia.
214 O Ângulo é no início da calçada ou onde termina a restinga ou a areia. O ideal seria sol até as 17:00
215 horas(30%). Para construir esses andares a mais em função das 16 horas, irá pagar outorga onerosa





216 para poder construir 45 m. Carla Tomaselli, deixa claro que se trata da primeira quadra. Pelo cone do
217 aeroporto cruzando com o cone da praias e deve observar a mais restritiva. A municipalidade também
218 gostaria de ouvir o Conselho para levar uma proposta construída aqui. Abriu-se a palavra para os
219 conselheiros. Heloisa propõe manter o que já existe hoje, 45 metros, apenas pagando-se a outorga
220 onerosa, que hoje está na lei e não vem sendo cobrado. Jairo, questiona que será cobrado a outorga
221 para os casos de quem esta infringindo a legislação. Carla argumenta que se trata de uma decisão de
222 cada empreendedor. Jairo afirma que se for viável financeiramente para o empreendedor ele vai pagar.
223 Depende do custo da outorga ou de outros regramento como a área comercial no térreo, por exemplo.
224 Esse regramento não estava sendo realizada de forma efetiva, porque não contemplava as áreas
225 ativas. Laercio, afirma que a outorga já estava na lei desde 2018 mas nunca foi regulamentada e não
226 se trata de castigo, penalidades, punição mas sim a oportunidade de negócios para as construtoras.
227 Rui questiona se a proposta é para o cone de 30% e caso o empreendedor queira fazer o cone de 45
228 graus ele irá pagar a outorga onerosa. Rui sugere que se aplique a lei existente e se dê um prazo para
229 o município fazer a regulamentação ou lei específica da mesma, que foi confirmada pela Carla Back,
230 pois essa é a proposta que está se apresentando. Enquanto o município não ter a lei aprovada, não
231 pode ser aplicado a outorga onerosa. Laercio questiona sobre o regramento da utilização do recurso.
232 Carla Back explica que o estatuto da cidade normatiza e de forma geral deve ser empregado para
233 infraestrutura. Pode ser criado fundo específico. O fundo pode ser vinculado ao CONCIDADE, pode,
234 mas deverá ser regrado na Lei. Jairo se preocupa se há quórum para aprovar a proposta. Temos 20
235 conselheiros aptos a votar de um total de 28. Laercio esclarece que o plano diretor passado, tem
236 proposta e Carla Back esclarece que precisa detalhar e melhorar aquela proposta. Em regime de
237 votação: 30 graus como ideal e 45 graus tolerável com outorga e o cone do aeroporto com as 14 faixas.
238 Aprovada por unanimidade. Há ainda duas modificações em duas áreas. A situação dos Portos da
239 Balsas que antes era parque urbana (ZEIS) para regularização fundiária e ficará como área para a
240 atividade de estaleiro, naval, ZIP. Fazer pequenos ajustes e enviar aos conselheiros e serão publicados
241 na Consulta Pública, através de google forms e será nesta consulta que se deve fazer qualquer
242 alteração. Mesmo que se tenha novos delegados. Laercio levanta a questão que no Pontal /São Pedro
243 permitiria ter prédios maiores que o que hoje se aplica. Carla comenta que dada as dificuldades de ruas
244 com dimensões limitadas deverá ser realizada projeto específico, tipo operação urbana consorciada,
245 através de parceria pública/privada. Várias são as ações necessárias merecendo um tratamento
246 especial. Carla Tomaselli – esclarece modificação que estava ZPA e que trata de pequenos segmentos
247 de áreas, não havendo necessidade de deixar como tal porque as áreas consolidadas farão a
248 adequação. A outra é mostrar o círculo das duas pistas comentados anteriormente e pode-se verificar
249 a proximidade entre as duas e por questão de segurança, é viável aplicar o raio para pista nova.
250 Demonstrou as áreas de riscos que ficaram definidas na área do Gravatá, porque a área está ocupada.
251 Maria Ivanir alertou que o CDL não recebeu as comunicações sobre a Pré-Conferência e que prefere
252 que nós façamos o envio dos mesmos a eles. Gilmar , no particular , combinará o envio e já explica
253 que tem mantido contato com a entidade sobre a pré-conferência. Heron, indagado se o grupo que
254 enviou o abaixo-assinado está contemplado, comenta que uma vez respeitado os direitos, no quesito
255 residencial, estão de certa forma satisfeito, com ligações ao Jairo, agradecendo pela proposta. Rui,
256 solicita que se coloque no grupo os documentos.

257 **IV - ENCERRAMENTO:**

258





259 O Presidente finalizou a reunião, dando por cumprida a pauta, agradecendo a presença de todos e
260 dando por encerrada a mesma. O relato é verdadeiro, subscrevo e dou fé. Eu, **Gilmar Germano**
261 **Jacobowski**, redigi a presente Ata e que após aprovada será assinada pelo Secretário e pelo
262 Presidente do CONCIDADENAV. Navegantes, 20 de outubro de 2022. Para discussão e aprovação.

263
264
265
266

Gilmar Germano Jacobowski
Presidente CONCIDADENAV

Tomás Sebastián Casas-Cordero Marambio
Secretário

